

Imperialismo e Superexploração da Força de Trabalho

Mario Soares Neto¹

Resumo // O presente artigo busca debater criticamente o imperialismo como determinação para a reprodução das condições de superexploração da força de trabalho. Na esteira do projeto de crítica da economia política e da teoria do valor trabalho de Marx, almeja evidenciar a relação entre a teoria do imperialismo de V. I. Lênin e a teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini. Ressalta a estratégia do imperialismo no estabelecimento de formas específicas de exploração com base na determinação negativa do valor da força de trabalho, implicando a conversão do fundo de consumo e do fundo de vida da classe trabalhadora em fundo de acumulação de capital. Defende que a ‘superexploração’ como estratégia do capital-imperialista somente pode ser superada com o advento da revolução proletária e socialista.

Palavras-Chave // Imperialismo; Superexploração da força de trabalho; Teoria Marxista.

1 Advogado, Professor e Pesquisador. Intelectual marxista e Militante Político no Brasil, com atuação no âmbito dos movimentos sociais, movimento negro e organizações da classe trabalhadora. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia – PPGD/UFBA. Coordenou o *Curso Marxismo e Pan-Africanismo* (FDUFBA, 2018, 2019). Tem experiências nas seguintes áreas: Teoria Marxista do Direito; Teoria Marxista da Dependência; Crítica da Economia Política; Racismo Estrutural. E-mail: mario.adv.soares@gmail.com e mario.soares@ufba.br

1. Introdução: Questões de método

O presente artigo busca debater criticamente o imperialismo como determinação para a reprodução das condições de superexploração da força de trabalho. Na esteira do projeto de crítica da economia política e da teoria do valor trabalho (TVT) de Karl Marx (1818-1883) e de Friedrich Engels (1820-1895) almeja evidenciar a relação entre a teoria do imperialismo de V. I. Lênin (1870-1924) e a teoria marxista da dependência (TMD) de Ruy Mauro Marini (1932-1997).

A relação entre imperialismo e ‘superexploração’ precisa ser compreendida à luz das complexidades que gravitam em torno do estudo e aplicação do método materialista histórico e dialético fundado por Marx e Engels e desenvolvido por variados intelectuais marxistas ao longo dos séculos XIX e XX.

Do ponto de vista da epistemologia e método, os trabalhos de Marx (1982); (1988); (2011), constituídos entre os anos 1850 e 1860 constam entre aquelas principais formulações que iluminam o processo de estudo e aplicação do materialismo histórico dialético com vistas à crítica da sociabilidade capitalista. Estas obras representaram o seu *tour de force* intelectual, momento de plena maturidade teórica e política, através das quais, em que pese à importância de outros escritos, tornou-se plenamente possível assentar os elementos estruturais da teoria social de Marx e Engels.

Na obra *Filosofia em O’ Capital* consta que “uns podiam pretender que a filosofia de Marx (encarada como «método») se vem a resumir à dialética, enquanto outros, não sem exaltação, preconizavam que o proletariado devia era atirar essa tralha toda da filosofia pela borda fora”. (BARATA-MOURA, 2013, p. 27). Diante disto, deveríamos evitar um e outro caminho, estabelecendo o desafio de procedermos à exegese rigorosa das formulações de Marx e Engels, para extrair deste ato-procedimento lições práticas para a transformação da realidade.

Na esteira das reflexões do autor de *Ontologia e Política*, a práxis de Marx e Engels evidencia unidade de forma e conteúdo. Destarte, consistiria grave equívoco teórico e político considerar a *filosofia da práxis* apenas como “um (engenho) dispositivo exterior – acrescentado pela inteligência – para dispor arquetonicamente os conteúdos” (BARATA-MOURA, 2016, p. 322). De modo que tomar partido de forma apressada e irrefletida em torno de atalhos epistemológicos, produziria como resultado a “redução da dialética marxista à condição *exclusiva* de «método» — permitindo precipitar (em deslizamento acelerado) por umas

ribanceiras alcantiladas, que, ademais dos solavancos, nos afastam por inteiro da estrada e dos rumos por Marx efectivamente trilhados”. (Ibid., p. 324).

O materialismo histórico dialético não corresponde a qualquer empirismo, positivismo, mecanicismo ou economicismo. Ademais, não consistindo naquela “pintura paradigmática idealizada de como as coisas «deveriam ser», nem uma amálgama avulsa de contingências indomáveis, nem a certidão autenticada de um necessitarismo cego, desiludido, e quietista”. (Ibid., p. 328). Ao longo de suas elaborações, Marx e Engels não se prenderam às questões de método enquanto dispositivo formal de pesquisa e de exposição. O marxismo, ao contrário, preocupa-se com o movimento efetivamente real, com a própria vida do material (*Leben des Stoffs*), que importa surpreender e tornar inteligível demonstrando suas contradições.

Marx e Engels constituíram um método científico e uma teoria social voltada para a compreensão acerca de um objeto eminentemente *histórico, transitório e inacabado*. O modo de produção capitalista enquanto realidade concreta constituída por múltiplas determinações de uma *totalidade social* consiste no objeto-em-movimento, portanto, em constante transformação. De acordo com a teoria dos modos de produção exposta principalmente entre 1845-46 em *Die deutsche Ideologie* (MARX; ENGELS, 2007), o capitalismo adveio de uma longa transição que nos faz remontar às relações sociais de produção e formas históricas de propriedade atinentes ao comunismo primitivo, escravismo e feudalismo.

No que se refere à *ordem sociometabólica do capital*, para utilizarmos uma terminologia de István Mészáros (2002); (2006); (2009), a análise científica acerca da legalidade desta sociedade demonstra que o modo de produção capitalista é um modo de produção peculiar, com uma determinação histórica específica. Para Marx, o capitalismo “pressupõe certo nível das forças sociais produtivas e de suas formas de desenvolvimento como sua condição histórica: uma condição que é, ela mesma, o resultado e o produto históricos de um processo anterior e do qual parte o novo modo de produção como sua base dada”. (MARX, 1988, III, p. 293).

Neste sentido, dado o caráter mutante da sociedade produtora de mercadorias, do enigma da riqueza abstrata, com as transformações constantes na realidade sócio-histórica, ultrapassamos um novo período de metamorfoses no mundo do trabalho e domínio da riqueza fictícia, conformando a era de financeirização do capital, fenômenos analisados com profundidade nos trabalhos de Chesnais (1996); (2005), Germer (1994), Carcanholo e Nakatani (1999).

Na formulação da teoria marxista do imperialismo V. I. Lênin partiu das elaborações presentes na obra máxima do projeto de crítica da economia política, *O' Capital*, com o objetivo de compreender a hegemonia do capital financeiro e monopolista. O aprofundamento das contradições da fase imperialista do capital estabelece dentre outros aspectos, as condições para a reprodução da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente, e, em virtude da crise estrutural do capital aponta como tendência a sua generalização para o capitalismo avançado. Entretanto, para a compreensão acerca desta questão, é crucial analisarmos o conceito leninista de imperialismo e suas bases epistemológicas.

2. A atualidade da teoria leninista do imperialismo

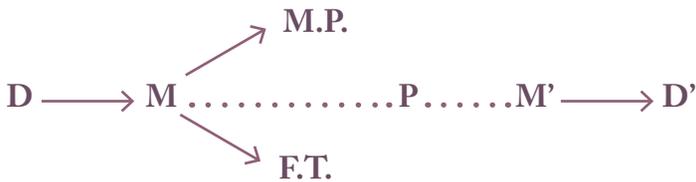
Uma discussão aprofundada sobre o imperialismo deve necessariamente remontar a formulação de John Atkinson Hobson (2005) e, no campo do marxismo, aos trabalhos de Rudolf Hilferding (1985), Nikolai I. Bukharin (1984), Rosa Luxemburgo (1984), mas, fundamentalmente, cumpre tomar como referencialidade teórica e política a elaboração de Vladimir I. Lênin (2008). Mais recentemente, formulações como as de Vijay Prashad (2019) contribuem de maneira decisiva para a reflexão sobre a importância da *Revolução de Outubro* no enfrentamento ao imperialismo e ao capital.

O imperialismo consiste em estágio avançado do desenvolvimento do capitalismo. A legalidade histórica e tendencial do capital opera e comanda a reprodução ampliada do imperialismo. Entretanto, este processo se desenvolve com base em novas condições, com o objetivo de organização monopolista da produção para a obtenção de lucros extraordinários e como forma de contratendência à queda da taxa de lucro que é inerente ao próprio movimento de acumulação do capital. De modo que, a fase monopolista e financeira do capital foi constituída como forma clássica de saída da crise do capital. Em outras palavras, cumpre, de imediato, advertir, que a explicação acerca do imperialismo deve ser investigada à luz da lei geral de acumulação capitalista tão como descrita por Marx.

No capítulo XXIII d'O Capital, *A lei Geral da Acumulação Capitalista*, Marx buscou demonstrar “a influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora” (MARX, 1988, I, p. 178), implicando aumento da composição orgânica do capital e modificações no mundo do trabalho decorrentes do processo de acumulação. A lei geral da acumulação capitalista consiste na

efetivação da produtividade crescente do modo de produção. A tendência da acumulação é a de que a composição orgânica do capital (c/v) passe por ampliação progressiva, decorrendo disto o crescimento da massa de capital constante (c) com relação à massa de capital variável (v), cujo resultado é a formação de uma população excedente, tal como identificado por Engels (1976); (2010) desde o opúsculo *Esboço de uma crítica da economia política*, e denominado posteriormente por Marx como exército industrial de reserva.

A acumulação capitalista consiste no movimento permanente de “aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital” (MARX, 1988, I, p. 154). O movimento do capital na totalidade da economia capitalista pode ser configurado da seguinte forma:



A rotação do capital é composta por três momentos distintos, dois na circulação e um na produção. O capital, inicialmente, assume a forma de dinheiro, com o qual o capitalista adquire mercadorias, dentre elas, meios de produção e a força de trabalho, as quais são direcionadas à produção de mercadorias, transformando assim o capital monetário em capital produtivo. No segundo momento do movimento do capital, no processo produtivo, os trabalhadores operam meios de produção na confecção das mercadorias, criando valores excedentes, com base na extração de mais-valia. As mercadorias produzidas no processo produtivo se realizam na esfera da circulação, quando são vendidas e trocadas por dinheiro. Com a realização, o dinheiro é reinvestido como capital, que retorna à esfera da circulação para a configuração de um novo ciclo.

Contudo, a lógica da acumulação capitalista e da rotação do capital produz constantes períodos de crises, em virtude do aumento da composição orgânica do capital. Do ponto de vista do capitalismo, a fase monopolista e financeira cumpriu historicamente a funcionalidade de permitir novos ciclos de lucratividade e acumulação.

A partir desse processo de acumulação o capital fictício se desdobra da forma valor através do capital portador de juros. Uma vez que o dinheiro consolidou sua capacidade de se converter em capital, aprofundando as relações capitalistas,

o dinheiro se transforma na mercadoria-capital, dando forma àquilo que Marx denominou como capital portador de juros, que nada mais é do que dinheiro que funciona como capital para explorar força de trabalho, conferindo ao proprietário do capital um rendimento, o juro, que corresponde a uma fração da mais-valia.

Este movimento pode ser descrito pela fórmula $D - D'$, ou seja, dinheiro (D) que, transformado em capital, gera mais dinheiro ($D' = D + \Delta D$).

O conceito de capital fictício é a base para a discussão acerca do imperialismo. Certamente, o leitor que se restringe ao livro I desta obra será incapaz de perceber a formulação de Marx, presente em toda a Seção V do livro III *d'O Capital*. Nesta reflexão, Marx demonstrou que o processo de valorização das frações de capital especializadas no comércio de capital-dinheiro criou as condições para o desenvolvimento de títulos atrelados ao sacrossanto direito de propriedade sobre um fluxo futuro de rendimentos, derivados ou não de um capital real. Tais papéis ou títulos, lastreados ou não em capitais reais, Marx denominou capital fictício. Em suas próprias palavras: “todos esses papéis representam de fato apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre a produção futura, cujo valor monetário ou valor-capital ou não representa capital algum, como no caso da dívida pública, ou é regulado independentemente do valor do capital real que representam”. (MARX, 1988, III, p. 7).

V. I. Lênin, leitor de Marx desde a juventude em Kazan tomou contato com os escritos dos fundadores do marxismo através de edições ilegais e cópias manuscritas de suas obras, num contexto de ditadura czarista. Em que pese às dificuldades, estudou minuciosamente *O' Capital* buscando compreender a legalidade econômica do desenvolvimento da sociedade capitalista, perquirindo suas contradições e condições de superação².

Transcorridos mais de cem anos desde que Lênin elaborou o livro “*O Imperialismo, fase superior do capitalismo*”, escrito em Zurique durante a primavera de 1916, observamos a atualidade desta formulação – que perfaz em grande medida certo aprofundamento do projeto de crítica da economia política de Marx e Engels. Para Lênin, o imperialismo consiste na fase monopolista e financeira do capitalismo (fenômeno que não foi estudado por aqueles autores).

2 Sobre aspectos biográficos de Lênin consultar: Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS. *Lênine: Biografia*. Traduzido do russo por José Oliveira e António Pescada. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1984.

De acordo com esta obra seminal, a caracterização deste período de acumulação capitalista compreende cinco traços fundamentais, sendo eles: (i) a elevação do processo de concentração da produção e do capital, com a criação dos monopólios que passam a desempenhar função central na vida econômica; (ii) a fusão do capital bancário com o capital industrial, gerando o capital financeiro e a oligarquia financeira; (iii) o aumento significativo da exportação de capitais, sendo este período de acumulação não somente pautado pela exportação de mercadorias; (iv) a formação de associações internacionais de capitalistas, que buscam formar monopólios para dividirem e partilharem o mundo entre si, e, (v) a realização da partilha de territórios do mundo entre as potências mais importantes, como por exemplo, o que ocorreu com o continente africano com a Conferência de Berlim de 1884-1885.

Em síntese, de acordo com a formulação *leninista*, o imperialismo consiste no capitalismo em sua fase de desenvolvimento marcada pelo predomínio dos monopólios e do capital financeiro. Este período histórico de acumulação é também caracterizado por uma elevação do processo de exportação de capitais, que assume maior importância do que a exportação de mercadorias. A dinâmica de reprodução do imperialismo implica, necessariamente, a partilha do mundo pelos *trusts internacionais*, subjugando povos e territórios ao arbítrio das nações mais poderosas.

Nos limites expressos deste artigo, precisamos destacar que a monopolização, o surgimento do capital financeiro, a exportação de capital e a partilha econômica e territorial do mundo são acompanhadas pela centralidade assumida pela indústria bélica e constituição de um sistema econômico mundial. Sobre o primeiro aspecto, cumpre aludirmos que em 2018, os gastos militares globais atingiram 1,82 trilhões de dólares, com aumento dos gastos militares dos EUA, chegando a 649 bilhões de dólares (36% do total das despesas militares globais)³.

Em outras palavras, sob o imperialismo as atividades vinculadas à indústria bélica e à guerra adquirem o papel de princípio motor do desenvolvimento econômico global, visto que funciona como um elemento de contenção das permanentes crises do capital. Por outro lado, o capitalismo na fase monopolista constitui um sistema econômico mundial. O processo de mundialização implica no

3 Seguido pela China (250 bilhões de dólares); Arábia Saudita (67,6 bilhões de dólares); Índia (66,5 bilhões); França (63,8 bilhões); Rússia (61,4 bilhões), Reino Unido (50 bilhões), Alemanha (49,5 bilhões). A Fonte é o think tank Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo (Sipri). Disponível em: <https://www.sipri.org/>

estabelecimento dos vínculos, a partir do comércio mundial, entre nações e Estados, como forma de desenvolvimento desigual e combinado, com estabelecimento de hierarquias, relações de exploração, dominação e dependência estruturais.

Destarte, a superexploração da força de trabalho cumpre função primordial no sentido de viabilizar a apropriação de parte da mais-valia gerada em formações econômico-sociais de capitalismo dependente, que será acumulada pelos monopólios capitalistas vinculados às economias centrais. Os mecanismos de ‘superexploração’, rigorosamente descritos por Ruy Mauro Marini, contribuem significativamente para o processo de reprodução ampliada do imperialismo. Este, por sua vez, constitui-se historicamente como determinação das relações de superexploração.

3. A superexploração da força de trabalho

A categoria superexploração da força de trabalho formulada pelo intelectual Ruy Mauro Marini, em sua obra *Dialética da Dependência* (1973), figura como uma das mais importantes contribuições teóricas elaboradas no âmbito da Teoria Marxista da Dependência (TMD)⁴. Com base na Teoria do Valor Trabalho (TVT) de Karl Marx, o desenvolvimento das investigações em torno da referida mediação analítica tem permitido a realização de amplo debate acadêmico e político.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) consiste em profícua síntese teórica no bojo do *projeto de crítica da economia política*⁵, da teoria *leninista* do imperialismo e nos debates sobre a questão nacional-colonial havidos no âmbito do movimento comunista internacional. Como vertente do pensamento latino-americano, elaborada ao longo dos anos 1960 e 1970, se constituiu enquanto epistemologia crítica que recuperou e desenvolveu a ortodoxia marxista, com o objetivo de interpretação própria sobre a realidade da América Latina, buscando

4 Uma excelente contextualização histórica e debate sobre a atualidade da obra de Ruy Mauro Marini e da TMD pode ser encontrada nas reflexões estabelecidas por Dra. Roberta Sperandio Traspadini (2020). IN: TRASPADINI, Roberta Sperandio. *Superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini* [Entrevista concedida a] Mario Soares Neto. Santa Catarina: REBELA v.10, n.2. mai./ago. pp. 376-414, 2020. Ver também:

5 Sobre a crítica da economia política de Karl Marx e Friedrich Engels e a história da economia política, consultar: AVELÃS NUNES, António José. Parte I: *Introdução à ciência econômica*; Parte II: *O ensino da economia política nas faculdades de direito* [Entrevista concedida a] Mario Soares Neto. VÉRTICE (LISBOA/PORTUGAL), v. 194, pp. 85-128, 2020; v. 195, pp. 103-136, 2020.

revelar as especificidades do processo de acumulação e reprodução do capitalismo dependente em sua relação contraditória com o imperialismo.

Como afirmou Osorio (2009), a ‘superexploração’, como violação do valor da força de trabalho, não implica uma maior exploração. A superexploração remete a uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho.

A categoria superexploração da força de trabalho é atravessada por inúmeros debates e polêmicas. Luce (2018) argumentou no sentido de não identificá-la com as “formas antediluvianas do capital”⁶, posicionando-a como forma eminentemente capitalista, assentada na produção de mais-valia. Entretanto, não devendo ser encarada como aumento do grau de exploração da força de trabalho, mensurada pela taxa de mais-valia, o que poderia implicar que nas economias dominantes, a taxa de mais-valia “pudesse ser inclusive mais elevada considerando a combinação das formas de extração de mais-valia (absoluta e relativa) e os elementos que influenciam na taxa de exploração”. (LUCE, 2018, p. 139).

Em sentido correlato, Marcelo Carcanholo (2013) afirmou que se a categoria superexploração da força de trabalho significasse apenas ‘mais exploração’, a mesma não teria maior significado teórico, para além de meras formas concretas de elevação do grau de exploração, de aumento da taxa de mais-valia = . O objetivo deste autor consistiu em demonstrar “que não era este o entendimento da proposta original da teoria marxista da dependência; ao menos, não como proposto por Marini”. (CARCANHOLO, 2013, p. 75).

Muitos autores postularam equivocadamente a superexploração do trabalho como sinônimo de mais-valia absoluta e ausência de mais-valia relativa. Posicionamento expresso nos trabalhos de Cardoso e Serra (1978), Castañeda e Hett (1978), Guido Mantega (1985) e Valenzuela Feijoo (1985), dentre outros.

Contudo, a partir da análise das teses de Ruy Mauro Marini percebemos certa deturpação da sua formulação. A sua argumentação buscou tão somente afirmar que no capitalismo avançado o eixo da acumulação de capital gravita em torno da mais-valia relativa, com a contribuição, inclusive, das economias dependentes, no sentido da oferta mundial de alimentos e produtos primários que

6 Expressão utilizada no capítulo IV *d'O Capital*. Marx queria afirmar que as formas pré-capitalistas de existência do capital eram antediluvianas, estabelecendo uma metáfora com a figura bíblica do dilúvio, que sucedeu o pecado original, no pródromo da vida societal. Em suas palavras, “em nossa análise da forma básica do capital, da forma pela qual ele determina a organização econômica da sociedade moderna, as suas figuras populares e, por assim dizer, antediluvianas, capital comercial e capital usurário, de início permanecem totalmente fora de cogitação”. (MARX, 1988, I, p. 132). Portanto, a ‘superexploração’ relaciona-se com o capitalismo industrial e não com modos de produção feudais ou escravistas.

contribuiu historicamente para o rebaixamento dos salários da classe operária dos países industriais. Por outro lado, no capitalismo dependente há a extração tanto de mais-valia absoluta, mais-valia relativa e mais-valia extraordinária, no entanto, o eixo da acumulação de capital gira em torno da superexploração da força de trabalho.

Paul Singer (1979) e Giovanni Alves (2000) também confundem a categoria superexploração da força de trabalho com mais-valia absoluta e ausência de mais-valia relativa. Ademais, ambos afirmaram que a ‘superexploração’, tal como formulada por Marini, seria incompatível com a elevação da produtividade do trabalho. Entretanto, esta crítica não encontra ressonância no âmbito da *Dialética da Dependência*. A tese formulada pressupõe ganhos de produtividade atinentes à dinâmica de acumulação de capital, porém, afirma que, nas economias dependentes, tal processo consiste em mecanismo com maiores limites, em virtude do desenvolvimento desigual e combinado em relação à economia mundial.

As teses sobre a superexploração como sinônimo de pauperismo e subconsumismo das classes trabalhadoras no capitalismo dependente podem ser encontradas nos trabalhos de Mantega (1985); Agustín Cueva (2015), dentre outros. No entanto, a superexploração nem sempre expressa e/ou provoca relações de pauperismo e subconsumo. De fato, ao converter o fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação de capital opera-se a compressão do consumo, como uma das formas de superexploração. Porém, como pudemos observar anteriormente, nem todas as formas ou mecanismos de superexploração consistem em compressão salarial.

Neste debate, interessante notar que inúmeros teóricos que dão uma contribuição original ao marxismo e que partem do método desenvolvido por Marx em *O Capital* são acusados falsamente de circucionismo, como se operassem uma cisão entre produção, distribuição e consumo. Em Marini, a perspectiva da *totalidade social* consiste em dimensão epistemológica prioritária, pressupondo a relação dialética entre produção [relações sociais de produção] e circulação, como aspectos fundamentais dentre as determinações que conformam o complexo de complexos. Não obstante, inúmeros autores alegaram que a análise empreendida por Marini foi colocada exclusivamente no nível da circulação, com base no debate sobre o intercâmbio desigual. Os trabalhos de Flamarion Cardoso e Brignoli (1984), Valenzuela Feijóo (1985) e Figueroa (1986), em que pese serem formulações importantes, demonstram trilhar nesta idílica direção.

Em Marini a categoria superexploração da força de trabalho consta como fundamento do capitalismo dependente, assumindo um caráter estrutural nas formações econômico-sociais da periferia do capitalismo. Entretanto, diversos trabalhos defendem que a superexploração trata-se de uma tendência geral do capitalismo central ou dependente. Neste sentido constam trabalhos como os de Nascimento, Dillenburg e Sobral (2013). Por outro lado, os trabalhos de Amaral e Carcanholo (2012) e Carcanholo (2013) refutam a tese da existência de uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx e afirma a referida categoria como formulação situada no plano de abstração mais concreto, como especificidade do capitalismo em países dependentes.

Cumpramos considerarmos, tal como em Osorio (2004); (2009); (2013) que a categoria superexploração da força de trabalho não sugere, em hipótese alguma, a anulação da lei do valor. Ao contrário, tomando-a como categoria histórica, tendencial e relacional, postula o caráter de negatividade do ser, que pressupõe a afirmação e a negação das categorias, como relações sociais e processos históricos.

Voltemos à Marini. A categoria superexploração do trabalho foi originalmente formulada no livro *Subdesarrollo y Revolución*, publicado em 1969. Nesta obra, os contornos do conceito aparecem de forma embrionária, como remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, que converte parte do fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação de capital, com o objetivo de permitir à burguesia latino-americana mitigar os efeitos da transferência de valor para o centro imperialista.

No capítulo terceiro desta obra (*Vanguardia y Clase*), a categoria “superexploração do trabalho” consta nos seguintes termos:

“Operando mediante un aumento desproporcionado de la fuerza de trabajo lograda, ya a través de la importación de mano de obra, ya de la aplicación de una tecnología ahorrativa de mano de obra, esas economías han llevado a cabo su proceso de acumulación fundamentalmente com base en la producción de plusvalía absoluta. Para ello concurre, en parte la falta de reglamentación de las condiciones de trabajo, y por tanto la extensión irrazonable de la jornada productiva – ló que es cierto sobre todo para las masas trabajadoras del campo –; pero, también, la ruptura de la relación entre remuneración del trabajo y su valor real, o sea, entre ló que se considera como tiempo de trabajo necesario y las necesidades de subsistencia planteadas efectivamente por el obrero. Em

otros términos, el aumento del tiempo de trabajo excedente tiende a realizar-se sin alterar de hecho el tiempo de trabajo necesario, sino más bien dejando de restituir al obrero el valor que crea en el marco de este último; así, lo que parece ser plusvalía relativa es, a menudo, un caso anômalo de plusvalía absoluta”. (MARINI, 1971, p. 131).

Marini ressaltou na articulação que estabeleceu para a tessitura inicial do conceito, os aspectos relativos à ausência de regulamentação das relações de trabalho, a extensão da jornada de trabalho para além dos limites normais e a latente contradição entre a remuneração da força de trabalho e o seu valor real, elementos estes situados como expressão de realização de uma forma anômala de mais-valia absoluta.

Entretanto, tal perspectiva foi devidamente superada em seus escritos posteriores, visto que não se demonstrou a maneira mais adequada para a análise sobre a superexploração da força de trabalho, que, em princípio, apareceu vinculada exclusivamente à realização da mais-valia absoluta.

Contudo, em *Dialética da Dependência* a referida categoria passou a ter uma proposição mais consistente. Deste modo, a partir da análise das contradições do capitalismo dependente latino-americano tornou-se possível a compreensão do processo de integração das economias do continente ao sistema imperialista global. Historicamente, a América Latina enredou-se numa trama de subordinação externa, principalmente, através dos processos de transferência de valor, contra os quais quase nunca insurgiu.

Nas circunstâncias do intercâmbio desigual, a América Latina encontra-se subsumida à lógica do capital dominante, que, no nível das relações de mercado se locupleta com o processo de perda da mais-valia dos países dependentes. Por conseguinte, para os países da “periferia” do capitalismo a saída encontrada consiste na compensação destas perdas decorrentes das relações operadas no âmbito do comércio internacional. Compensação esta que se materializa no plano da produção interna, mediante a articulação de três procedimentos distintos.

Primeiro, o capital busca a intensificação do trabalho, para ampliar a exploração da força de trabalho e incrementar as taxas de mais-valia. Segundo, opera-se no plano da realização da mais-valia absoluta, decorrendo o aumento do tempo de trabalho excedente. Terceiro, tem-se a redução do consumo do trabalhador para além do seu limite normal, de modo que o fundo de consumo do trabalhador se converte em fundo de acumulação de capital.

Em Marini, o problema do intercâmbio desigual é central para a compreensão sobre a superexploração da força de trabalho. Entretanto, ele observa que não é a rigor imprescindível que exista troca desigual para a efetivação dos mecanismos de extração de mais-valia. Ao contrário, tão somente pelo fato da vinculação de determinadas economias ao mercado internacional, com o objetivo de produção e circulação de mercadorias, com suas propriedades do valor de uso, valor de troca e valor, têm-se, imediatamente, a lógica da produção do excedente econômico e do lucro, com base no mais-valor. O efeito do intercâmbio desigual consiste, porém, em “exacerbar esse afã por lucro e aguçar, portanto os métodos de extração de trabalho excedente”. (MARINI, 2005, p. 156).

Para Marini, a superexploração da força de trabalho envolve a ocorrência de mecanismos, geralmente articulados entre si,

“[...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho”. (Ibid., pp. 156-157).

Os mecanismos de extração do trabalho excedente presentes nas economias dependentes latino-americanas - a intensificação do trabalho⁷, a ampliação da

7 A intensificação do trabalho pode ser auferida a partir de dados de acidentes de trabalho. De acordo com o *Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho*, do Ministério Público do Trabalho (MPT) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Brasil, ocorre uma notificação de acidente de trabalho a cada 49 segundos. Entre 2012 e 2018 ocorreram 4.503.631 notificações de acidentes de trabalho, 16.455 notificações de acidentes com mortes e 1.709.905 afastamentos acidentários. Os setores econômicos com mais comunicações de acidente foram os de: atividades de atendimento hospitalar (378.305); comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados (142.909); administração pública em geral (119.273); construção de edifícios (104.646) e transporte rodoviário de carga (100.344). As cidades com maior número de afastamentos acidentários foram: São Paulo/SP (109.080); Rio de Janeiro/RJ (33.798); Manaus/AM (19.806); Salvador/BA (19.389) e Porto Alegre/RS (17.984). Ver: Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho – MPT-OIT. Promoção do Meio Ambiente do Trabalho Guiada por Dados. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst>

jornada de trabalho⁸ e a expropriação do trabalho necessário ao trabalhador para a reposição da sua corporeidade viva⁹, passam a configurar um modo de produção e reprodução singular, específico, cujas bases assentam-se exclusivamente e estruturalmente na agudização da exploração da força de trabalho, e não no desenvolvimento da produtividade do trabalho. Assim, o baixo nível das forças produtivas e as atividades produtivas realizadas historicamente no continente latino-americano – em decorrência da divisão internacional do trabalho - contribuem para a reprodução ampliada da dependência e efetivação de um regime assentado na maior exploração da força de trabalho.

A categoria superexploração da força de trabalho, em Marini, compreende a articulação destes três mecanismos supramencionados, e a sua característica essencial reside no óbice para que o trabalhador tenha as condições necessárias para a reposição do desgaste da sua corporeidade viva, da sua força de trabalho. Na medida em que são negadas estas condições, impõe-se, nos dois primeiros mecanismos, um elevado dispêndio de força de trabalho que supera os limites normais estabelecidos, conduzindo ao esgotamento prematuro da força de trabalho. No último, implica a remoção das possibilidades de consumo para a conservação, em condições normais, da sua força de trabalho.

No *post-scriptum* publicado na *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, no Chile, em junho de 1973, Marini buscou delimitar melhor a referida categoria. Neste sentido, observou a necessidade de diferenciação entre o conceito de superexploração da força de trabalho e o de mais-valia absoluta, considerando que a superexploração inclui também a produção de mais-valia relativa. Ademais, no que se refere ao fundo de consumo do trabalhador que é convertido em fundo de acumulação capitalista, destacou, igualmente, a sua não vinculação imediata à produção de mais-valia absoluta, visto que esta conversão impacta concomitantemente

8 Para Luce (2018) a partir dos dados da OIT, no período de 2003 e 2009, cerca de 40% dos trabalhadores tiveram jornadas semanais superiores à jornada normal de trabalho vigente no país. Sendo que, nas regiões metropolitanas, 25,5% dos trabalhadores cumpriram jornadas semanais iguais ou superiores a 49 horas. Por outro lado, um estudo de 2017, demonstra que o trabalhador brasileiro labora, em média, 149 horas a mais em um ano que um trabalhador de um país membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conformando uma jornada de trabalho extremamente prolongada. Ver: LUCE. Ver também: PERRUCCI, Marcelo. *Artigo compara jornada de trabalho dos países da OCDE com a realidade brasileira*. Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle – UNACON Sindical. Brasília. 9 de março de 2017. Disponível em: <https://unacon.org.br/>

9 Importante notar que, segundo o DIEESE, o salário mínimo necessário em novembro de 2020, R\$ 5.289,53, correspondeu a 5,06 vezes ao valor do salário mínimo oficial para o referido ano. Desta forma, o salário não alcança a quantia suficiente para a reposição do desgaste da força de trabalho.

os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho – o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente, diferenciando-se da mais-valia absoluta, que somente afeta este último.

Destarte, Marini aprimorou a definição de superexploração da força de trabalho, definindo-a como uma espécie de agudização da exploração da força de trabalho, tomando-a em contraposição à forma de exploração que resulta do aumento da produtividade do trabalho. Portanto, em suas próprias palavras, a categoria superexploração da força de trabalho possui como tendência o “fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real”. (MARINI, 2005, p. 189).

Anos depois em escrito destinado à crítica dos representantes da corrente liberal weberiana da dependência, Marini (2008) passou a considerar uma quarta forma de superexploração, qual seja: o hiato entre o elemento histórico-moral da força de trabalho e a sua remuneração. Como argumentou Marx, o valor da força de trabalho, como o de toda e qualquer mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção e reprodução desta. Por outro lado, em antítese às demais mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral.

Nesta modalidade de superexploração do trabalho ocorre a ampliação do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho sem adimplemento da remuneração recebida pelo trabalhador. Com o desenvolvimento das forças produtivas, avanço da fronteira tecnológica e barateamento no processo de produção, determinados valores de uso, que antes eram considerados produtos suntuários, passam a integrar o conjunto dos bens-salário, fazendo parte da cesta de consumo dos trabalhadores. De modo que, o desenvolvimento da sociedade generaliza valores de uso que se transformam em bens necessários para a reprodução da força de trabalho.

Para além do debate sobre as formas de superexploração, um dos temas polêmicos consiste na presença/ausência da referida categoria corresponde a uma exclusividade das economias dependentes ou se pode ser verificada em países de capitalismo desenvolvido. Para Marcelo Carcanholo (2013) a superexploração da força de trabalho consiste na categoria específica da economia dependente¹⁰.

10 Ver: OSORIO, Jaime. *Estado & Superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo: A Atualidade da Teoria Marxista da Dependência (TMD)*. [Entrevista concedida a] Mario Soares Neto. Santa Catarina: REBELA v.10, n.1. jan. /abr. pp. 164-180, 2020.

Por outro lado, Jaime Osorio (2020) diverge desta posição, afirmando-a como uma modalidade da exploração capitalista, que se apresenta não somente no capitalismo dependente, mas em todos os rincões do sistema mundial. Assim, a questão não é se aparece aqui ou lá, mas a relevância que adquire no conjunto da reprodução do capital. Destarte, no capitalismo dependente o peso e a dimensão da superexploração assume um caráter diferente do que no capitalismo desenvolvido.

No trabalho intitulado *Processo e tendência da globalização capitalista* (1996), ao interpretar a trajetória da economia mundial a partir dos processos de reestruturação produtiva, nova divisão internacional do trabalho e financeirização do capital, o nosso autor compreendeu com maestria a tendência de generalização da superexploração para os países do centro capitalista. Neste sentido, o novo padrão tecnológico intensificou a concorrência capitalista com o espraiamento da mais-valia extraordinária por todas as cadeias produtivas. O movimento de internacionalização dos processos produtivos impulsionou a generalização a todo o sistema, “inclusive aos centros avançados, o que era uma marca distintiva (ainda que não privativa) da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho”. (MARINI, 2000, pp. 290-291).

Para Marini, a contradição fundamental da ordem sociometabólica do capital é que, não obstante o constante desenvolvimento das forças produtivas e a subsequente abertura de perspectivas ilimitadas para o bem-estar material e espiritual dos povos - opera-se, na contramão da história, o recrudescimento e a ampliação da massa de trabalhadores excedentes e do fenômeno da pauperização. Dimensão esta atrelada à própria lei geral da acumulação capitalista, que somente pode ser resolvida através da total superação do imperialismo e do capital.

4. Considerações finais

Ao estabelecermos a relação entre imperialismo e superexploração da força de trabalho posicionamos as referidas categorias atreladas às noções de crítica da *totalidade social* e de *práxis transformadora*, sendo que a reflexão acerca da essência e atualidade desta relação sócio-histórica determina como desdobramento político, a defesa da necessidade de superação do imperialismo e capitalismo, *conditio sine qua non* para a extinção da superexploração da força de trabalho.

Em suma, à luz do projeto de crítica da economia política fundado por Marx e Engels, da teoria leninista do imperialismo e da teoria marxista da dependência

torna-se fundamental o aprofundamento do horizonte de superação da ordem sociometabólica do capital, tomando como “primeiro passo” a defesa intransigente da ideologia e política *proletária* e *comunista* frente ao espectro constringente da burguesia e pequena burguesia (com matiz conservador ou dito de “esquerda”).

Diante do imperialismo e da dinâmica de superexploração da força de trabalho a estratégia política democrático-burguesa tentada no passado e com reflexos sobre o fazer político no presente, não somente torna-se cada vez mais insuficiente, mas passa a operar no campo da manutenção da ordem, laborando pró-interesses do capital.

Como afirmou recentemente Prashad (2020) é preciso voltar à tarefa de construir um novo mundo. Diante das contradições do capitalismo contemporâneo, na sua fase imperialista (monopolista, financeirizada) e de tendência à generalização da superexploração da força de trabalho, torna-se imprescindível, tanto quanto os enfrentamentos no âmbito da luta econômica e política, fortalecermos a dimensão da luta teórica como parte da luta de classes, reforçando a ideologia comunista.

Neste sentido, cumpre recuperarmos os ensinamentos de Marx e Engels quando afirmaram que “o comunismo não é para nós um estado de coisas [*Zustand*] que deve ser instaurado, um *Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [devem ser julgadas segundo a própria realidade efetiva]. [...] resultam dos pressupostos atualmente existentes”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 38).



Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. *O novo e precário mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. *Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente*. IN: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

AVELÃS NUNES, António José. Parte I: *Introdução à ciência econômica*; Parte II: *O ensino da economia política nas faculdades de direito* [Entrevista concedida a] Mario Soares Neto. VÉRTICE (LISBOA/PORTUGAL), v. 194, pp. 85-128, 2020; v. 195, pp. 103-136, 2020.

BARATA-MOURA, José. *Ontologia e Política: Estudos em torno de Marx – II*. Lisboa: Editorial Avante, 2016.

BARATA-MOURA, José. *A Filosofia em O Capital: Uma aproximação*. Lisboa: Editorial Avante, 2013.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. *A economia mundial e o imperialismo* / Nikolai I. Bukharin; tradução de Raul de Carvalho. – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CARCANHOLO, Marcelo. (Im) *Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho*. IN: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

CARCANHOLO, R; NAKATANI, P. “O Capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da Globalização”. *Ensaios FEE*, V. 20, nº 1, Porto Alegre, junho de 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique y SERRA, José. “*Las desventuras de la dialéctica de la dependencia*”. *Revista Mexicana de Sociología*, Número Extraordinario E/78, Instituto de Investigaciones Sociales UNAM, México, 1978.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996; *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, custos e consequências*. São Paulo, Boitempo, 2005.

CUEVA, Agustín. *Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia* (1974). IN: *Entre la ira y la esperanza : y otros ensayos de crítica latinoamericana* / Agustín Cuevas ; antología y presentación, Alejandro Moreano. — México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

ENGELS; Friedrich. *Esboço de uma Crítica da Economia Política*. Tradução de Maria Filomena Viegas e revisão de José Paulo Netto. IN: *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 5: p. 15, 1979.

FIGUEROA S., Víctor M. *Reinterpretando el subdesarrollo. Trabajo general, clase y fuerza productiva em América Latina*. Siglo XXI editores/UAZ, Ciudad de México, 1986.

FLAMARION CARDOSO, Ciro; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História Econômica da América Latina: Sistemas agrários e história colonial. Economias de exportação e desenvolvimento capitalista*. Tradução: Fernando Antonio Faria. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

GERMER, Claus. *O sistema de crédito e o capital fictício em Marx*. Ensaios FEE, Porto Alegre, 1994.

HETT; Enrique; CASTAÑEDA, Jorge. *El economicismo dependientista*. Barcelona: Siglo Xxi, 1978.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*; Introdução de Tom Bottomore; Tradução de Reinaldo Mestrinel; Tradução da introdução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

HOBSON, John Atkinson. *Imperialism: A Study*. New York: Cosimo Classics, 2005.

Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS. *Lénine: Biografia*. Traduzido do russo por José Oliveira e António Pescada. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1984.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*; Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica*. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; Anticrítica* (Volumes I e II) / Rosa Luxemburgo; apresentação de Paul Singer; traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. IN: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. *Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra) (1978)*. IN: América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. *Post-Scriptum. Sobre a Dialética da dependência, 1973*. IN: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. *Processo e tendência da globalização capitalista*. IN: SADER, Emir (Org.). *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: RJ: Vozes; Buenos Aires: CCLACSO, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México 12, D. F.: Siglo Veintiuno Editores, S. A., 1971.

MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política (O Processo de Produção do Capital)*. Volume I e II. Livro Primeiro; *O Processo de Circulação do Capital*. Volume III. Livro Segundo; *O Processo Global da Produção Capitalista*. Volume IV e V. Livro Terceiro. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. Introdução de Jacob Gorender. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã – Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846*. São Paulo: Boitempo, 2007.

- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. Boitempo, São Paulo: 2002; *A teoria da alienação em Marx*. Boitempo, São Paulo: 2006; *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MOURA, Mauro Castelo Branco de. *Os mercadores, o Templo e a Filosofia: Marx e a religiosidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- NASCIMENTO, C. A. do; DILLENBURG, F. F.; SOBRAL, F. M. *Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini*. IN: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.
- OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia*. Cidade do México: Miguel Ángel Porrúa/UAZ, 2004.
- OSORIO, Jaime. *Dependência e superexploração*. IN: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- OSORIO, Jaime. *Estado & Superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo: A Atualidade da Teoria Marxista da Dependência (TMD)*. [Entrevista concedida a] Mario Soares Neto. Santa Catarina: REBELA v.10, n.1. jan. /abr. pp. 164-180, 2020.
- PERRUCCI, Marcelo. *Artigo compara jornada de trabalho dos países da OCDE com a realidade brasileira*. Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle – UNACON Sindical. Brasília. 9 de março de 2017. Disponível em:
- PRASHAD, Vijay. *Estrela Vermelha: Sobre o Terceiro Mundo*. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- SINGER, Paul. *A reprodução da força de trabalho e desenvolvimento*. IN: PADIS, Pedro Calil (Org.). *América Latina. Cinquenta anos de industrialização*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- TRASPADINI, Roberta Sperandio. *Superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini* [Entrevista concedida a] Mario Soares Neto. Santa Catarina: REBELA v.10, n.2. mai. /ago. pp. 376-414, 2020.
- VALENZUELA FEIJÓO, José. *Sobreexplotación y dependencia. Investigación Económica*, México, n. 221, julio-septiembre 1997.